

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP SEI N° 0022892183/2024 - SED.URC.ARC

**1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)**

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

**1.1 - Necessidade**

Com o aumento dos alunos com necessidades especiais (deficiência) nas unidades escolares surge a necessidade de mais escolas da rede municipal de ensino oferecerem condições de acessibilidade a estes alunos.

Frise-se que, oferecer condições de acessibilidade é um dever do Estado.

Assim, cabe a Secretaria de Educação fornecer/oferecer meios de acessibilidade aos alunos com deficiência, permanente ou temporária, que frequentam diariamente a rede municipal de ensino.

Como é de conhecimento notório, no ambiente escolar em especial, um meio físico acessível pode ser extremamente libertador e pode transformar a possibilidade de integração entre as crianças e o seu desempenho. Os ambientes inacessíveis são fatores preponderantes na dificuldade de inclusão na escola para as pessoas com deficiência e podem determinar que alguns sejam excluídos socialmente.

Importante ressaltar, que a dificuldade de acesso, não se restringe apenas aos usuários de cadeira de rodas. Existem aqueles que possuem mobilidade reduzida temporária, gerada por fatores como, gravidez, acidentes com imobilização temporária de membros. Além disso, criar condições para o aluno na sua unidade escolar de atendimento é propiciar melhores condições de comunicação e interação com as pessoas com as quais convive na comunidade escolar, favorecendo a participação nas atividades realizadas.

Diante desta situação, uma das formas de viabilizar essa acessibilidade é com a instalação de **plataformas elevatórias** nos prédios educacionais ligados à Secretaria de Educação, tendo em vista, que as Unidades Escolares recebem um grande contingente de alunos e usuários que apresentam diferentes formas para caminhar e, deslocar-se. Logo, se espera das instituições públicas, que seus espaços estejam adequados a recebê-los visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa.

Assim, o objetivo desta contratação visa garantir a acessibilidade universal para uma inclusão efetiva, por adaptar seus espaços e disponibilizar utensílios e ferramentas, ressaltando-se a importância de se estabelecer o acesso no interior das edificações públicas, como forma de eliminar o máximo de barreiras que impeçam e dificultam a circulação das pessoas, a fim de criar possibilidades para que pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida possam exercer sua cidadania.

É visado com esta contratação cumprir o propósito de melhoria no atendimento aos usuários da rede municipal, afim de possibilitar condições de acesso às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (acessibilidade), no intuito de proporcionar uma infraestrutura escolar coerente com os princípios de inclusão, contribuindo para o respeito mútuo ao cidadão, através do cuidado com instalações aptas a recebê-los sem restrições, em um meio ambiente atento às suas diferenças.

Ainda cabe lembrar que pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida se deslocam, em geral, com a ajuda de equipamentos auxiliares: bengalas, muletas, andadores, cadeiras de rodas, ou até mesmo com a ajuda de cães especialmente treinados, no caso de pessoas cegas, sendo essencial a instalação de meios de acessibilidade em locais públicos com o objetivo de garantir ainda mais segurança e acessibilidade a todos os usuários.

Nesse contexto, a escola deve se tornar o ambiente mais acessível e adaptado para inclusão de seus alunos portadores de necessidades educacionais especiais, bem como de modificações e adaptações na sua estrutura física, para que ocorra a eliminação de qualquer tipo de barreira ao ensino escolar de qualidade. Muitas vezes, a solução para os problemas arquitetônicos e estruturais não está na construção de novos empreendimentos, mas nas adaptações necessárias desses espaços aos deficientes, para que deixem sua condição de excluídos da sociedade e passem a manter uma relação de autonomia e segurança em todos os âmbitos sociais, inclusive no escolar.

Por fim frisamos que esta "adaptação" das Unidades Escolares é uma questão legal obrigatória ([Lei nº. 13.146/2015](#)) e não facultativa, ou seja, viabilizar acesso aos espaços públicos as pessoas com deficiência. Assim, incumbe ao Estado fomentar meios, alternativas de acesso.

Inclusive, sobre esta questão de "acessibilidade" temos diversos documentos internacionais que garantem às pessoas com deficiência o direito fundamental de não serem excluídas do ensino regular por motivo de suas deficiências, a exemplo da Convenção de Guatemala de 1999, da Convenção das Pessoas com Deficiência de 2006 e da Convenção de Nova York de 2007.

Essa última, especificamente, passou a vigorar como norma jurídica interna do ordenamento brasileiro através do Decreto nº 6.949/2009. Com isso, reforçou, em solo pátrio, o direito fundamental das pessoas com deficiência de não serem "excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência" e das crianças com deficiência de não serem "excluídas do ensino primário gratuito e compulsório ou do ensino

secundário, sob alegação de deficiência" (art. 24, item 2, "a", do texto da Convenção).

Conforme art. 11 da **Lei nº 10.098/94**, o acesso às edificações públicas ou privadas destinadas ao uso coletivo deverão estar livre de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Por sua vez a Constituição Federal, nossa Lei Maior, assim dispõe:

*Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...]*

*III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; [...] (grifo nosso)*

Reforça tal assertiva o disposto no art. 58 da LDB, no qual dispõe ser a oferta de educação especial, dever constitucional do Estado.

Isto sem contar que, não oferecer condições de acesso fere princípios constitucionais, superiores as leis, aos quais podemos citar: *da igualdade, da dignidade da pessoa humana, da cidadania, da liberdade, do não retrocesso social, da reserva do possível, da acessibilidade e da especificação (ou da multiplicação dos direitos humanos)*. Os quais não nos cabe aqui discorrer sobre, uma vez que não é nosso foco.

Assim, a presente contratação tem como premissa a melhoria do atendimentos aos usuários das dependências das Unidades Escolares do Município de Joinville.

Atualmente, a Secretaria de Educação não possui contrato de fornecimento e instalação de plataforma elevatórias, bem como de sua posterior manutenção (corretiva e preventiva) vigente, tão pouco, profissionais capacitados no seu quadro de servidores aptos a realização deste serviço.

**Resumidamente a necessidade a ser atendida é dar acessibilidade aos alunos com mobilidade reduzida ou com deficiências físicas a todas as dependências da unidades escolar.**

Quanto a necessidade da demanda, considerando os trâmites burocráticos da contratação, há expectativa a partir de **Outubro/2024**.

Por fim, temos que o(s) equipamento(s) desta contratação não se enquadra(m) como sendo de bem de luxo. Bem como o objeto da presente contratação é (são) caracterizado(s) como comum(ns), conforme previsto no art. 6º, inc. XIII da Lei nº 14.133/2021:

*Art. 6º [...]*

*XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;*

Com relação aos serviços envolvidos no objeto da presente contratação, de igual forma são caracterizados como comuns, conforme previsto no art. 6º, inc. XIII da Lei nº 14.133/2021.

## **1.2 - Meta**

Destaque-se ainda que, a presente aquisição vêm alinhada com as **estratégias 1.5, 1.6 e 7.5 e 7.16 das Metas 1 e 7**, do Plano Municipal de Educação, **Lei Municipal nº. 8.043/2015** que estabelece:

*[...] 1.5. manter a adesão, em regime de colaboração e respeitadas as normas de acessibilidade, ao programa nacional de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e a melhoria da rede física de escolas públicas de Educação Infantil; [...]*

*1.6. construir e ampliar escolas públicas de Educação Infantil de acordo com os parâmetros nacionais de qualidade, incluindo a participação de profissionais da área pedagógica na elaboração dos projetos arquitetônicos das Instituições de Educação Infantil; [...]*

*7.5. formalizar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e professoras e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar; [...]*

*7.16. assegurar a todas as escolas públicas de educação básica o acesso à energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos, garantir o acesso dos alunos a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência; [...] (grifo nosso)*

## **2 – DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL.**

**De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.**

A Lei não impõe a elaboração do PCA, pelo contrário, faculta-o. No mesmo sentido, em que pese sua relevância, há apenas recomendações quanto a sua elaboração pela doutrina. Em mesmo sentido há o Memorando PGM.UAD 0020036205.

Ainda, considerando a Instrução Normativa nº 04/2022 (0015231284), elenca que a elaboração do PCA como uma "alternativa" (uma vez a redação conter "poderá"), para o exercício de 2024:

*Art. 9º. O Plano de Contratações Anual - PCA poderá ser exigido a partir do exercício de 2024, caso em que os Documentos de Formalização de Demanda deverão ser encaminhados até 01 de abril de 2023. (grifo nosso)*

Sendo assim, para 2024, que a presente contratação fora prevista no PCA para o ano de 2024, porém o mesmo não fora publicado, entretanto, mesmo assim, não há contrariedade a Lei ou mesmo empecilhos quanto a continuidade da contratação.

Assim, informamos que muito embora não exista o Plano de Contratações Anual publicado para o ano de 2024, a contratação está prevista no plano de ações desta Secretaria.

A contratação encontra amparo na Lei nº 8.993, de 31 de agosto de 2021, que dispõe sobre a revisão do PPA - Plano Plurianual 2022-2025 do Município de Joinville - Processo 21.0.187194-1.

### 3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

**De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.**

Para a adequada satisfação da necessidade da Administração, devem ser atendidos os seguintes requisitos de contratação:

Para a concretização da contratação se faz necessário que a futura CONTRATADA possua expertise no fornecimento e instalação de plataformas elevatórias para as unidades escolares administradas pela Secretaria de Educação.

Para tanto, a futura CONTRATADA deverá possuir a **equipe técnica** para atendimento do objeto da presente contratação. No caso, poderão ser(em) solicitado(s) simultaneamente até **5 fornecimentos/instalações**. A(s) CONTRATADA(S) deverá(ão) possuir(em) todos os equipamentos e ferramentas necessários para a execução do objeto da presente contratação. Inclusive, trabalho em altura, considerando que, no objeto há a instalação de estrutura metálica, que requer a exigência de trabalho em altura.

Inclusive a(s) CONTRATADA(s) deverá(ão) possuir(em) responsável(is) técnico(s) devidamente registrado(s) no Conselho de Classe pertinente para acompanhar a execução do(s) fornecimento(s) e instalação(ões) a serem realizados, além de possuir quantidade suficiente de profissionais habilitados e qualificados para atender a demanda da CONTRATANTE dentro dos prazos estabelecidos.

Neste sentido relevante que, para **habilitação** do(s) proponente(s) apresentem atestado de capacidade técnica comprovando que tenham fornecimento produto compatível com **48,39%** do quantitativo do(s) item(ns) cotado(s), emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, ou seja, **15 (quinze) plataformas elevatórias**. A definição da quantidade a ser exigida se dá por necessária a demonstrar a capacidade técnico-operacional do(s) futuro(s) fornecedor(es) (Acórdão nº 3.070/2013, Plenário, TCU). É indispensável à garantia do futuro cumprimento da obrigação a ser assumida (Acórdão nº 534/2016 – Plenário, o Tribunal de Contas da União). Encontra-se dentro dos parâmetros previstos no art. 67, § 2º da Lei nº 14.133/2021 (quantidades mínimas de até 50%). Demonstrando-se como razoável, a garantir futuro fornecimento e não prejudicar a competitividade futura do certame. Está dentro dos percentuais de Editais similares da Administração Pública Municipal;

Anota-se ainda que, constata-se como possível a **subcontratação** parcial do objeto, ficando limitada ao **serviço de instalação elétrica e vidros**. Sendo vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação.

No caso, ainda não se vislumbra impedidos a participação de empresas em **consórcio** para a presente contratação.

Quanto a **garantia de execução**, o proponente deverá apresentar garantia de execução contratual (nos moldes do art. 96 e ss. da Lei nº 14.133/2021) no importe de **5% (cinco por cento)** do valor inicial do Contrato, conforme previsto no art. 98 da Lei nº 14.133/2021. O percentual fixado segue o montante previsto no art. 98 da Lei nº 14.133/2021, considerando a complexidade do objeto da contratação.

Quanto a **garantia do objeto**, as plataformas elevatórias deverão ter garantia legal - nos moldes do Código de Defesa do Consumidor.

Quanto a **critérios e práticas de sustentabilidade**, para a contratação deverão ser atendidos:

- As plataformas elevatórias e seus componentes devem ser projetadas para minimizar o consumo de energia;
- Priorizar a utilização de materiais de baixo impacto ambiental;

- As plataformas elevatórias devem ser projetados para ter uma vida útil longa, minimizando a necessidade de substituição frequente e, consequentemente, a geração de resíduos;
- Os materiais utilizados devem ser facilmente recicláveis no final de sua vida útil, garantindo a redução do descarte em aterros sanitários;
- Considerar a estética das plataformas e sua integração harmoniosa com o ambiente urbano, visando minimizar o impacto visual negativo.
- Avaliar se as plataformas e seus componentes são de fácil manutenção e se possuem sistemas de gestão inteligente de energia, que permitam otimizar o consumo e a utilização dos recursos.
- A correta destinação e tratamento dos resíduos gerados durante a instalação e manutenção das plataformas.
- Promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, no que couber na execução do objeto da contratação;
- Quando cabível, a(s) CONTRATADA(S) deverá(ão) realizar(em) a logística reversa dos item(ns) fornecido(s).

Considerando a necessidade de qualidade no ato de entrega final, as instalações devem serem realizadas dentro das práticas compatíveis com a contratação, visando possuir solidez, segurança e durabilidade. Neste sentido a qualidade e desempenho das plataformas e materiais a serem empregados deverão atender as especificações técnicas, normativas e detalhamentos para a quais se destinam. Neste sentido:

- O(s) item(ns) a serem fornecido(s) deverá(ão) atender as especificações preconizadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).
- A(s) CONTRATADA(S) deverá(ão) entregar(em) o(s) produtos montados, instalados, e em funcionamento.
- Conjuntamente com a CONTRATANTE a CONTRATADA deverá realizar uma avaliação do local para a instalação;
- É de responsabilidade da(s) CONTRATADA(S):
  - a) Obter(em) as permissões e licenças necessárias das autoridades competentes para atendimento do objeto da contratação;
  - b) Realizar a instalação de forma adequada e com segurança, seja na forma manual ou mecanizada;
  - c) Montar(em) as plataformas de acordo com as instruções do(s) fabricante(s);
  - d) Fixar as plataformas com segurança nas bases e/ou elementos estruturais civis preparados;
  - e) Realizar testes de funcionamento para garantir que os sistemas elétricos estejam operando corretamente;
  - i) Realizar inspeções finais para verificar se a instalação está em conformidade com as regulamentações e normas aplicáveis.

A futura CONTRATADA deverá submeter à apreciação da Fiscalização **amostras** dos materiais a serem empregados nas instalações antes de sua execução.

Considerando ainda a necessidade e demanda, temos que a contratação se enquadra mais como um fornecimento contínuo, vez que a contratação está prevista no Plano Plurianual, bem como com possibilidade de prorrogação.

No caso da presente contratação, as **sanções** administrativas serão as mesmas dispostas na Lei nº 14.133/2021, bem como as eventualmente contidas no futuro Edital e Termo de Contrato.

Relevante que, o(s) proponente(s) para o devido conhecimento dos locais e atuais instalações da CONTRATANTE, poderão agendar visita técnica a fim de tomar ciência das condições hoje existentes.

Por fim, deverão serem seguida rigorosamente as **normas técnicas** para o atendimento do objeto da presente contratação, bem como ainda:

- NBR 9050 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;
- NBR 5410 - Instalações elétricas de baixa tensão;
- NBR 14718, Guarda-corpos para edificação;
- ABNT NBR ISO 9386 (todas as partes) - Plataformas de elevação motorizadas para pessoas com mobilidade reduzida – Requisitos para segurança, dimensões e operação;
- ABNT NBR NM 313, Elevadores de passageiros – Requisitos de segurança para construção e instalação – Requisitos particulares para a acessibilidade das pessoas, incluindo pessoas com deficiência.

#### 4 – ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

4.1 - As quantidades estimadas para o presente serviço, deverão considerar:

- a) Unidades a serem atendidas, com mais de um pavimento e que ainda não possuam plataforma elevatória;
- b) Unidades escolares que já possuem e as plataformas não possuem mais condições de uso e de manutenção;

- c) Infraestrutura do local de instalação;  
d) Número de pavimentos da edificação;  
e) Peso máximo a ser transportado.

NÚMERO	UNIDADE	QUANTIDADE	PARADAS	ENDEREÇO	BAIRRO
01	CEI Castelo Branco	01	2 (duas)	R: Alvino Boldt, 245;	Aventureiro
02	CEI Ciranda Cirandinha	01	2 (duas)	R.: Canoas, 452 c/ João Paulo I;	Jardim Iriú
03	CEI Herondina da Silva Vieira	01	2 (duas)	R:Pedro Castro Breis, 352;	Floresta
04	CEI Itaum	01	2 (duas)	R: Botafogo, 148;	Itaum
05	CEI Ivan Rodrigues	02	2 (duas)	R: Xaxim, nº 32;	Iriú
06	CEI Jorge Luiz Vanderwegen	01	2 (duas)	R:Abelino Abdon Ferreira, nº 136;	Itaum
07	CEI Luiza Maria Veiga	01	2 (duas)	R: Vidal Ramos, 41;	Guanabara
08	CEI Ponte Serrada	01	2 (duas)	R.: Ponte Serrada, 1.095	Comasa
09	EM Ver. Arinor Vogelsanger	01	2 (duas)	R: Rolando Gurske, s/nº	Vila Nova
10	EM Professora Ada Sant'Anna da Silveira	01	2 (duas)	R.: Monsenhor Gercino, 6.674	Paranaguamirim
11	EM Anita Garibaldi	01	2 (duas)	R.: a Independência, 965	Anita Garibaldi
12	EM Senador Carlos Gomes de Oliveira	01	2 (duas)	R.: Lauro Schroeder, 777	Aventureiro
13	EM Agrícola Carlos Heins Funke	01	2 (duas)	R. Adrianópolis, S/N	Pirabeiraba
14	EM Professor Edgar Monteiro Castanheira	01	2 (duas)	R.: Miosotes, 72	Fátima
15	EM Professora Eladir Skibinski	01	2 (duas)	R.: José Gonçalves, 803	Aventureiro
16	EM Emílio Paulo Roberto Hardt	01	2 (duas)	R.: R. Emílio Hardt, 720	Rio Bonito
17	EM Prefeito Geraldo Wetzel	01	2 (duas)	R.: Passo Fundo, 315	Fátima
18	EM Doutor Hans Dieter Schmidt	01	2 (duas)	R.: Rua Carina, 95	Jardim Paraíso
19	EM Professor João Bernardino da Silveira Junior	02	2 (duas)	R.: João da Costa Júnior	João Costa
20	EM Professora Laura Andrade	01	2 (duas)	R.: Sen. Rodrigo Lobo, 1140	Jardim Iriú
21	EM Lauro Caneiro de Loyola	01	2 (duas)	R.: Francisco Dunzer, 141	Santa Catarina
22	EM Professora Maria Regina Leal	01	2 (duas)	R.: Arnaldo Davet, 519	Espinheiros
23	EM Governador Pedro Ivo Campos	01	2 (duas)	R.: José Manoel de Souza, 70	Costa e Silva
24	EM Doutor Ruben Roberto Schmidlin	01	2 (duas)	R.: Alexandre Silva, 42	Morro do Meio
25	EM Doutor Sadalla Amin Ghanem	01	2 (duas)	R.: Evangelista Justino Espindola, 125	Parque Guarani
26	EM Professor Saul Sant'anna de Oliveira Dias	01	2 (duas)	R.: Padre Roma, 800	João Costa
27	EM Padre Valente Simioni	01	2 (duas)	R.: Cel. Camacho, 130	Iriú
28	EM Plácido Xavier Vieira	01	2 (duas)	R.: Roberto Lehn, s/nº	Santa Catarina
29	EM Pauline Parucker	01	2 (duas)	R.: Atílio Vinotti, 411	Boehmerwald
	<b>TOTAL</b>	<b>31</b>			

4.2 - Sendo para o presente caso, assim definido:

Item	Quantidade	Unidade de Medida	Código e Publica/Denominação	Descritivo
1	31	und	16653 - Estrutura metálica, com fechamento em vidro laminado	Para plataforma elevatória externa com duas paradas
2	31	und	17242 - Plataforma elevatória	Tipo externa com 2 (duas) paradas
3	31	serviço	3124 - Instalação de Plataforma Elevatória	Tipo externa, com 2 (duas) paradas
4	372*	und	30161 - Manutenção preventiva de plataforma elevatória	
5	1500	horas	30160 - Manutenção corretiva de plataforma elevatória	
6	1	und	5657 - Peças para plataforma elevatória	

\* Quantidade é oriunda da multiplicação da quantidade de plataformas x periodicidade (1 vez/mês = 12 vezes por ano).

## 5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

**De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.**

Para a elaboração do ETP, visando o levantamento de mercado com o escopo de definir o tipo e a solução a contratar, observou-se que no mercado ofertante há algumas soluções disponíveis :

### 5.1 - Quanto a solução em si (equipamento)

#### a) Plataformas elevatórias

As plataformas elevatórias são uma alternativa eficiente para superar a barreira das escadas em um prédio de até 2 pavimentos. Elas podem ser instaladas tanto em áreas internas quanto externas e permitem que cadeiras de rodas ou pessoas com dificuldade de locomoção sejam transportadas verticalmente.

Requer menos espaço para instalação do que uma rampa ou elevador.

Possui custo menor que um elevador.

Oferece maior segurança e estabilidade durante o transporte vertical.

### 5.2 - Quanto à mão-de-obra

#### a) Própria Secretaria de Educação instalar e fazer a manutenção

A Secretaria não possui mão-de-obra para execução do serviço. Não há servidores, nem suficientes, muito menos capacitados para executarem este tipo de serviço técnico.

Outro fato a Secretaria não possui contrato de mão-de-obra (terceirizada) pra tal finalidade (instalação).

De igual forma, não há contratos de insumos (peças, componentes, etc) suficiente para a execução do serviço. O que geraria a necessidade da realização de certames licitatórios para contratação tanto da mão-de-obra como das peças e demais insumos para a instalação/manutenção, o que poderia demandar tempo, bem como poderão haver processos desertos ou fracassados que possam prejudicar a execução das atividades e haver a paralisação dos equipamentos.

Com relação a custos, estes poderiam não compensar considerando a morosidade nas contratações.

***b) Contratação de empresa especializada a realizar a instalação e manutenção das plataformas elevatórias***

Demonstra-se a solução mais viável de momento.

Considerando o apontado no item anterior, a contratação de uma empresa especializada com mão-de-obra qualificada, bem como equipe técnica suficiente trazem viabilidade a esta solução visando o atendimento ao interesse público o mais breve possível.

Pois desta forma, caberá a futura Contratada a aquisição de insumos, contratação de mão-de-obra para execução das atividades previstas. O que geraria segurança e continuidade na utilização dos equipamentos ao longo do tempo.

Com relação a custos, poderia possuir um valor maior no caso da Secretaria realizar por si as atividades, entretanto, este pode ser compensado considerando a especialização dos serviços, peças e insumos dentro dos prazos previstos e confiabilidade no resultado final.

***c) Da locação, permuta, doação, chamamento público (credenciamento) e comodato***

Num primeiro momento não se consegue demonstrar como uma solução viável a locação, permuta ou doação a este tipo de contratação, primeiramente pelo fato de não ser uma prática de mercado; outro ponto, por questões de quantidades envolvidas e tempo de execução, que poderiam não ser atrativos.

Considerando ainda o valor agregado este pode "afugentar" interessados em fazer permuta e doação. Sem contar a responsabilidade envolvida. O que não atrairia o mercado neste sentido.

A doação por parte de terceiros envolve custos significativos, seja em termos de aquisição, manutenção ou possíveis responsabilidades legais. Esses recursos financeiros poderiam ser direcionados para outras iniciativas ou investimentos que poderia trazer outros benefícios ao que está doando. Deve-se ainda considerar a sustentabilidade a longo prazo da doação ou permuta. Isso inclui a capacidade de manter e substituir as plataformas elevatórias ao longo do tempo, bem como garantir que a administração pública tenha os recursos necessários para operá-las adequadamente. A falta de recursos contínuos pode prejudicar a eficácia e a durabilidade da ação.

Por sua vez chamamento público (credenciamento) para este tipo de contratação, segue a mesma situação no tocante a não se vislumbrar como um prática da Administração Pública. Outro fato é que, isso poderia gerar um quantidade grande de contratados, bem como de uma diversidade de equipamentos de diferentes fabricantes que poderia prejudicar futuramente a manutenção (dificuldade de se encontrar peças e equipes técnicas para conserto, ou seja, inviabilizando a manutenção e aumentando-se os custos dos equipamentos).

O mesmo ocorre, com relação a relação a permutas ou doações, no qual o nível de exigência possa não ser o mesmo que o remunerado, fora o fato de que, a magnitude da contratação, dificilmente teria alguém interessado em fornecer os equipamentos e prestar os serviço de manutenção seja gratuitamente ou em troca de alguma outra coisa (fato este último aliás, que não se vislumbra para o objeto desta contratação).

Por sua vez a locação, além de não ser uma prática de mercado, a longo prazo poderia não compensar o custo, em que pese inicialmente a Administração Pública não ter os custos iniciais com a aquisição.

Mais difícil ainda se imaginar a figura do comodato, no qual seria o empréstimo gratuito, considerando os valores envolvidos e responsabilidades adstritas, quanto a segurança e pleno funcionamento de forma intermitente, o que poderia gerar custos inimagináveis a quem propor a fazer.

***d) Contratações unificadas e compartilhadas em consórcios***

Quanto as compras unificadas internas do Município, esta poderia ser uma solução. Entretanto, não há de momento grupo de compras para este objeto, mesmo porque, por ser muito específico estando assim prejudicada esta solução.

Quanto as compras compartilhadas, considerando que o Município de Joinville optou em participar de licitações compartilhadas junto aos Consórcio CIM-CATARINA e CIM-AMUNESC, esta também poderia ser uma alternativa. Entretanto, ressalte-se que, esta é um prerrogativa, não uma obrigação.

Há como vantagens a participação, o aumento da economia de escala potencializada pela contratação de aquisição de bens ou contratação de serviços em um único processo licitatório acompanhado dos custos operacionais, ganho em escala, padronização, entre outros.

Todavia, há um outro lado, outras questões a serem abordadas, como p. ex.:

- Complexidade na gestão: A participação em um consórcio exige uma gestão eficiente e coordenada entre os membros participantes. Isso pode apresentar desafios adicionais, pois envolve a coordenação de interesses, tomada de decisões conjuntas e resolução de conflitos. A falta de uma gestão adequada pode levar a atrasos e problemas operacionais.
- Dependência de outros membros: Os resultados das licitações podem depender do desempenho e da contribuição de outros membros do consórcio. Se um ou mais membros não cumprirem suas responsabilidades adequadamente, isso pode afetar negativamente a eficácia e a eficiência das licitações.
- Menor flexibilidade: Participar de um consórcio pode exigir que os órgãos públicos sigam determinadas regras e regulamentos estabelecidos pelo consórcio. Isso pode resultar em uma menor flexibilidade na condução das licitações, impedindo que os órgãos públicos adotem abordagens mais personalizadas ou específicas para suas necessidades individuais.
- Possíveis conflitos de interesse: Dependendo da composição do consórcio, pode haver conflitos de interesse entre os membros. Isso pode surgir quando os membros têm interesses concorrentes ou diferentes prioridades. Tais conflitos podem prejudicar a objetividade e a imparcialidade das licitações.
- Complexidade na gestão de contratos: A administração e a gestão de contratos podem se tornar mais complexas em um consórcio, especialmente quando há a participação de vários membros. Coordenar as obrigações contratuais, as responsabilidades e as expectativas de todos os membros requer uma gestão eficiente e uma comunicação clara.
- Restrições de autonomia: Participar de um consórcio pode implicar em restrições à autonomia dos órgãos públicos. Isso ocorre porque as decisões sobre as licitações podem precisar ser tomadas de forma conjunta, considerando os interesses e necessidades de todos os membros. Isso pode limitar a flexibilidade e a independência dos órgãos públicos.
- Riscos compartilhados: Ao aderir a um consórcio, as entidades participantes compartilham os riscos associados aos projetos licitados. Isso significa que, se um dos membros do consórcio enfrentar problemas financeiros, técnicos ou legais, todos os outros membros também serão afetados. É importante realizar uma análise cuidadosa dos riscos envolvidos e estabelecer mecanismos adequados para mitigá-los.
- Dependência dos membros: Os consórcios dependem da participação ativa e comprometimento dos membros para alcançar seus objetivos. Se um ou mais membros não cumprirem suas obrigações ou retirar-se do consórcio, isso pode afetar negativamente a continuidade e a efetividade das licitações em andamento. Portanto, é essencial selecionar cuidadosamente os membros e estabelecer acordos claros sobre as responsabilidades e obrigações de cada um.
- Possíveis atrasos: Devido à natureza colaborativa dos consórcios, pode haver atrasos no processo de tomada de decisão. A necessidade de consulta e consenso entre os membros pode prolongar o tempo necessário para finalizar as etapas do processo licitatório. Isso pode ser problemático em situações em que é exigida uma resposta rápida ou quando há prazos rígidos.

Cabe destacar neste sentido que, o gestor público dispõe de competência discricionária para escolher entre promover a licitação ou aderir a um registro de preços já existente. [Adesão à ARP: “Pegar carona” é recomendável ou reprovável? Acesso em: 10/04/2024. Disponível em: [https://egov.df.gov.br/wp-content/uploads/2023/02/Adesao-a-ARP\\_-Pegar-carona-e-recomendavel-ou-reprovavel.pdf](https://egov.df.gov.br/wp-content/uploads/2023/02/Adesao-a-ARP_-Pegar-carona-e-recomendavel-ou-reprovavel.pdf)]

Dito isto, por oportuno ressaltar e frisar que, deve-se analisar se a municipalidade possui capacidade tanto de pessoal como técnica para realizar a contratação do objeto em questão. O que no nosso caso é possível, sem quaisquer prejuízos.

Há de se observar ainda, que, visado não prejudicar os demais consorciados se o interesse fora antecipado ao Consórcio quando da construção do processo licitatório.

Considerando o lapso de tempo, sendo um dos principais fatores a serem observados quanto as contratações públicas, a análise da vantagem à adesão a contratações compartilhadas junto aos Consórcios, sendo estas uma solução efetivamente válida ao atendimento à necessidade pública, esta análise seria válida junto a Atas de Registro de Preços ou Contratos já vigentes, pois processos ainda em tramitação estaria concorrendo em pé de igualdade a elaboração de processo licitatórios internos ao Município (ou não, pois a municipalidade pode agilizar a construção conforme sua necessidade e por ser gestora do processo como um todo, tornando-o assim mais célere em comparação a licitação compartilhada), pois da mesma forma gera incertezas de quando do efetivo atendimento da demanda, de valores (homologados) e inclusive de prazos de sua disponibilidade, não se demonstrando assim vantagem ao Município. Sem contar o fato de que, ante a, até então, ausência de facilidade de acesso a essas informações antecipadamente, prejudica a análise do gestor público. E o interesse público não pode esperar.

Outro ponto a ser abordado é a questão de que, em consulta as Atas de Registro e Preços, Contratos disponíveis e vigentes não se vislumbrou contratações com o objeto da presente contratação, sequer similar, o que assim resta prejudicada de determinada forma a adesão.

No caso, ainda relevante registrar e se observar o Princípio Constitucional da Autonomia Municipal, previsto na Constituição Federal. A Constituição Federal, em seu art. 30, confere aos municípios autonomia para legislar e administrar seus assuntos locais. Essa autonomia implica na capacidade de os municípios decidirem sobre suas contratações de acordo com suas particularidades e necessidades. A adesão irrestrita a Atas de Registro de Preços de um Consórcio poderia limitar essa autonomia, tornando o município dependente de decisões centralizadas que podem não atender adequadamente à realidade local.

Aliás, a Administração Pública deve acima de tudo buscar a eficiência em suas

contratações. Ao analisar a adesão a uma Ata de Registro de Preços de um Consórcio, é necessário avaliar vários fatores que não somente preços, bem como se as condições propostas para contratação, os tipos de objetos contratados, se são realmente vantajosas para o Município. Assim, considerando a Nova Lei de Licitações, Lei nº 14.133/2021, o previsto em seu art. 23, § 1º, as contratações agora, não se resumem ao "menor preço", mas ao "melhor preço", ou seja, a análise não se fundamenta apenas na economicidade da contratação, mas há um conjunto de outros fatores (prazos, especificações técnicas, exigências documental, dentre outros).

Inclusive pode-se vislumbrar que há (fora dos Consórcios) mercados mais competitivos ou condições mais favoráveis, o que justificaria a não adesão à ata dos Consórcios.

Outro ponto que merece ser anotado é que, a adesão aos Consórcios, traz ao Município, inclusive, custos adicionais (contrato de rateio, dentre outras despesas administrativas).

Merece destaque também que, em que pese haver, aparentemente, o cumprimento dos ditames legais por parte dos Consórcios, estes não atendem em sua plenitude ou na maioria das vezes as exigências das contratações aqui do Município, seja desde o procedimento de estruturação, construção do processos de compras, bem como da parte licitatória (e Edital), o que poderia gerar eventuais inseguranças jurídicas. Assim a não adesão a uma Ata de Registro de Preços de um Consórcio pode ser justificada pelo objetivo de garantir a qualidade e a integridade dos produtos e serviços contratados pelo Município. Por vezes, ainda as contratações através dos Consórcios podem englobar uma ampla gama de fornecedores e produtos, nem sempre passando por rigorosos processos de seleção e avaliação conforme é realizado aqui no Município. Assim, ao realizar contratações independentes, o Município pode estabelecer critérios mais rigorosos de seleção, buscando garantir a qualidade dos produtos e serviços contratados, bem como a idoneidade das empresas envolvidas.

Em que pese termos a figura do Consórcio ser algo "maior" que o Município, que poderia angariar maiores vantagens (principalmente financeira, muito devido as quantidades a contratar) ainda não se vislumbra dessa forma, no qual os procedimentos de contratação merecem um melhor amadurecimento. Justifica-se assim, a não adesão uma vez que ainda se identifica fragilidades, riscos significativos associados a essas contratações. Isso pode incluir riscos relacionados à qualidade dos produtos ou serviços, capacidade dos fornecedores em atender às demandas necessárias (em tempo) ou até mesmo riscos de imprevistos contratuais. Desta forma, ao realizar contratações independentes, o Município pode adotar medidas de mitigação de riscos mais adequadas à sua realidade e necessidades, protegendo seus interesses e evitando problemas futuros.

Há que se notar ainda a questão de inflexibilizar a gestão do Município quanto a gerir suas contratações, pois estas seriam deixariam de estar no controle da municipalidade, podendo haver prejuízos, principalmente quanto ao atendimento em tempo das demandas, que muitas vezes são imprevisíveis e surgem ao longo do ano. Assim, a não adesão à Ata de Registro de Preços de um Consórcio permite que o Município tenha mais flexibilidade na gestão de suas contratações. A adesão a uma ata de um consórcio implica em estar vinculado aos fornecedores e condições preestabelecidas no momento da Ata, o que pode limitar a capacidade do município de responder a mudanças e adaptações necessárias ao longo do tempo.

Cabe destacar ainda que, cada Município tem necessidades específicas em termos de especificações técnicas (dos produtos e serviços) que deseja adquirir que na maioria das vezes não é compatível com os demais. Se a Ata de Registro de Preços do Consórcio ou Termos de Contrato não contemplar todas essas especificações técnicas específicas, o Município pode justificar sua não adesão com base na necessidade de atender a requisitos técnicos particulares.

Por sua vez a não adesão à Ata de Registro de Preços e Termos de Contrato pode ser justificada com base na necessidade de garantir a transparência e o controle do processo de contratação pública. Ao realizar contratações independentes, o Município tem maior controle sobre o processo (como um todo, desde seu início até sua conclusão), podendo adotar medidas adicionais para assegurar a lisura e a transparência em todas as etapas. Isso inclui a elaboração de editais de licitação, a realização de julgamentos transparentes e a publicidade adequada dos resultados, fortalecendo a credibilidade e a confiança na Administração Municipal.

Inclusive a não adesão à Ata de Registro de Preços e Termos de Contrato pode ser justificada quando o Município identifica riscos significativos associados à adesão. Isso pode incluir riscos relacionados à qualidade dos produtos ou serviços, capacidade dos fornecedores em atender às demandas necessárias ou até mesmo riscos de imprevistos contratuais. Ao realizar contratações independentes, o Município pode adotar outras medidas de mitigação de riscos mais adequadas à sua realidade e necessidades, protegendo seus interesses e evitando problemas futuros.

Ao não aderir a uma ata de registro de preços de um consórcio, o Município pode promover a concorrência entre fornecedores, principalmente dos locais. Isso pode estimular a economia local, fomentando o desenvolvimento de empresas e empreendedores locais, além de possibilitar a contratação de produtos e serviços com características específicas da região, o que pode contribuir para a identidade e o crescimento econômico do Município. Outro ponto é que estes (Consórcios) podem limitar a concorrência e reduzir a possibilidade de obter preços mais competitivos, principalmente junto ao mercado local. Isso pode limitar a capacidade do Município de buscar soluções mais eficientes e adequadas para suas demandas específicas, especialmente considerando as particularidades socioeconômicas, culturais e geográficas de cada localidade. Aliás, a centralização de compras no consórcio inviabiliza o estímulo à livre concorrência e à economia regional.

Aliás, a não adesão às Atas de Registro de Preços ou Termos de Contrato dos Consórcios permite que o Município busque soluções mais adequadas e personalizadas, considerando suas particularidades e visando a prestação de serviços de maior qualidade aos cidadãos.

Outro ponto que deve-se ter em consideração é a autonomia que o(s) Consórcios possuem, no qual a interferência do Município é relativa. Não tendo qualquer controle, principalmente quanto suas prioridades de contratação ou objetos de contratação. Estes são compostos por vários municípios, com demandas diferentes, e que, inclusive, simultaneamente podem ambos terem Atas ou Contratos para serviços similares, o que, de igual forma, não se imagina infringir o previsto no art. 82, inc. VIII da Lei nº 14.133/2021.



Inclusive aqui um ponto ser ressaltado, vislumbra-se que a vedação remeta a contratações internas, não atingindo contratações de outros entes externos (como no caso os Consórcios). Devemos tomar cuidado na interpretação literal da Lei.

Há ainda junto as documentações dos Consórcios, em que não há obrigatoriedade de sua participação, conforme Termo de Uso de Licitações Partilhadas do CINCATARINA - TU139/01:

[...]

**1. ENTE DA FEDERAÇÃO CONSORCIADO**

[...] poderão participar do Projeto de Licitações Compartilhadas do CINCATARINA.

Por sua vez o Protocolo de Intenções do Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA (Segunda Alteração e Consolidação):

*Art. 3º - Para o cumprimento de seus objetivos e finalidades o CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA – CINCATARINA, entre outros, poderá:*

[...]

*XIII – Realizar licitação da qual, nos termos do edital, decorram contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados, podendo entre outros:*

*a) Realizar licitações compartilhadas em favor dos entes consorciados, acompanhar a execução, bem como proceder à aquisição, administração ou gestão compartilhada de bens e serviços de interesse dos entes consorciados, inclusive para a execução de ações ou programas Federais e Estaduais transferidos ou conveniados com os entes da federação;*

No caso do Protocolo de Intenções do CIM-AMUNESC:

*Cláusula 14 [...]*

*Parágrafo único: Para a consecução da gestão associada, os Municípios podem delegar ao Consórcio o exercício das competências que ensejem o cumprimento de seus objetivos, objeto e finalidades do Consórcio.*

Ou seja, em ambos, não se constata a obrigatoriedade de adesão as contratações dos consórcios ou que estes tenham que realizar as contratações pelos municípios.

Em regra o Município faz parte, porém, isso não gera a obrigação de participar das licitações ou de aderir as suas Atas de Registro de Preços ou Termo de Contrato.

Da mesma forma, ambos os instrumentos de adesão respeitam a autonomia do entes federativos consorciados em seu bojo.

Diante do exposto, cumpre registrar que, a participação a adesão a contratações através dos Consórcios perpassa pela análise de oportunidade e conveniência do gestor público. Principalmente quanto da oportunidade em condições principalmente em que o Município se veja desabastecido (ou em necessidade urgente e que já haja Ata ou Termo de Contrato vigente) ou que não tenha condições por si só de realizar suas contratações. O que não é o caso da presente contratação.

**e) Registro de Preços x Contratação continuada x serviços associados**

No caso, considerando o objeto, a demanda, ela não é variável, pois é possível a definição de sua quantidade, desta forma não há justificativa para um processo de registro de preços.

Quanto aos serviços associados, no caso de manutenção dos equipamentos, há que se considerar que, a aquisição de plataformas elevatórias requer uma atenção especial aos serviços de manutenção, uma vez que esses equipamentos desempenham um papel crítico na mobilidade e acessibilidade de pessoas com necessidades especiais. Algumas das razões pelas quais os serviços de manutenção são essenciais incluem:

1. **Segurança operacional:** As plataformas elevatórias precisam ser rigorosamente inspecionadas e mantidas para garantir a segurança dos usuários. Falhas mecânicas ou elétricas podem resultar em acidentes graves, colocando em risco a integridade física das pessoas que dependem desses dispositivos.
2. **Confiabilidade e disponibilidade:** Um programa de manutenção preventiva e corretiva garante que as plataformas elevatórias estejam sempre operacionais e prontas para uso, evitando interrupções imprevistas que podem comprometer a mobilidade e a independência dos usuários.
3. **Vida útil estendida:** A manutenção adequada prolonga a vida útil das plataformas elevatórias, reduzindo a necessidade de substituição prematura e gerando economia a longo prazo para a organização.
4. **Conformidade com regulamentações:** Muitas jurisdições possuem regulamentações que exigem a manutenção regular desses equipamentos. O não cumprimento dessas regras pode resultar em multas, penalidades e até mesmo a impossibilidade de utilizar as plataformas.
5. **Suporte Técnico Especializado:** Contratar serviços de manutenção associados à aquisição de plataformas elevatórias garante acesso a técnicos especializados e treinados pelo fabricante. Esse suporte técnico especializado é fundamental para a realização de diagnósticos precisos e reparos eficientes, utilizando peças originais e seguindo procedimentos recomendados pelo fabricante.

Portanto, a inclusão de serviços associados de manutenção na aquisição de plataformas elevatórias é fundamental para garantir a segurança, a confiabilidade, a continuidade de forma ininterrupta de funcionamento, além de estender a vida útil desses equipamentos essenciais.

Há que se considerar também a dificuldade na contratação das manutenções deste equipamento, principalmente considerando um universo de diversas marcas (fabricantes) que pode se ter problemas quanto a contratação da mão-de-obra de manutenção e de peças, considerando eventual pluralidade de fabricantes e que o mercado, como um todo possa não ter afinidade na manutenção.

**CONCLUSÃO - MELHOR SOLUÇÃO:** Diante das opções de mercado apresentadas, comparando-se as soluções encontradas no mercado, de forma objetiva, a mais vantajosa para a Administração Pública sob os aspectos da conveniência, economicidade e eficiência é a contratação de empresa especializada para o fornecimento, instalação e manutenção (preventiva e corretiva) das plataformas elevatórias nas unidades escolares contempladas no presente processo.

## 6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

6.1 - Os valores estimados para a contratação, bem como suas memórias de cálculo estão discriminados no presente processo, após a conclusão da pesquisa de preços e elaboração das planilhas orçamentárias, o qual deverá estar compatível com o histórico de contratações anteriores.

6.2 - No entanto, de início, estima-se a contratação no valor de **R\$ 3.300.000,00**;

### 6.2.1 - Documentação Suporte

Processos anteriores, SEI 18.0.118556-2, 17.0.063921-5 e 18.0.073285-3 (manutenção).

### 6.3 - Quanto ao sigilo do valor estimado da contratação e dos parâmetros utilizados para calcular o valor estimado da contratação no Termo de Referência

De início, por oportuno destacar que, o "sigilo" quanto ao valor estimado, bem como quanto aos parâmetros utilizado para a formação do valor, frise-se que é apenas quando de sua fase preparatória, considerando que, entre os parâmetros permitidos para composição do valor estimado da contratação há a "pesquisa direta com fornecedores", que poderão serem influenciados com qualquer tipo de indicação de valor preliminar previsto à contratação, podendo prejudicar a lisura de pesquisa de mercado do processo, e por consequência da futura competitividade do certame licitatório.

Assim, o custo estimado da contratação não deverá ser divulgado (constar com "sigilo") em Termo de Referência durante a fase preparatória (interna) da contratação, com vistas à garantia da lisura da pesquisa de mercado (conforme supra já informado), vez que, em sendo realizada a pesquisa de preços com fornecedores, a indicação do valor máximo que a Administração estima que será a contratação, poderá haver influência indireta nos valores propostos. O valor estimado será tomado público apenas quando da fase externa do procedimento, o qual constará no Edital da licitação ou documento equivalente. Aliás, tal condição não se confunde com o disposto no Art. 18, §1º inciso VI da Lei nº 14.133/2021, vez que o sigilo não será para fins de propostas e lances em licitação, e sim, para fins de pesquisa de preços na fase preparatória. Na fase externa, haverá a divulgação do valor estimado em Edital.

Neste sentido, segundo o Ronny Charles L. Torres "quando uma das partes disponibiliza essa informação (sobre o preço máximo que admite pagar ou o preço mínimo que admite vender) à parte contrária, esta última passa a deter certa vantagem no processo de negociação." (Orçamento sigiloso e a potencial vantagem econômica na Contratação Pública. Disponível em: <https://ronnycharles.com.br/orcamento-sigiloso-e-a-potencial-vantagem-economica-na-contratacao-publica/>. Acesso em: 03. jul. 2023).

Sobre o tema, o mesmo doutrinador prossegue:

Assim, em uma licitação para a contratação de determinado serviço, quando a Administração informa previamente o preço máximo que aceita pagar, ela cria um incentivo econômico para que o fornecedor utilize este valor como referência de proposta, mesmo que seu preço real seja inferior. Este comportamento é muito comum, notadamente quando se adota o procedimento de lances, sem desclassificação das propostas com valores mais elevados, característico do pregão eletrônico. A possibilidade de reduzir, ou não, sua proposta através de lances sucessivos, de acordo com o nível de competitividade do certame e a necessidade, garante um incentivo à maximização dos preços, no momento da apresentação das propostas, sem risco de desclassificação.

Noutro diapasão, sem a baliza do preço máximo estimado, as propostas podem representar, com maior fidedignidade, o preço que o mercado oferece para tal pretensão contratual. Assim, com o orçamento sigiloso, sem a referência máxima informada pela Administração, os licitantes tenderiam a apresentar propostas de acordo com suas próprias estimativas, deixando de usar a referência maior para maximizar seus lucros. [...]

Em uma licitação pública, na qual existe sigilo do orçamento estimado para a contratação, dependendo da modelagem do certame, a racionalidade econômica do fornecedor é oferecer o preço mais baixo e as melhores condições, para vencer a licitação, pois não há referência de valor disponível de dispêndio. Noutro prumo, quando a estimativa de custos é publicizada e a Administração indica o máximo que está

disposta a pagar, a racionalidade econômica do fornecedor pode se alterar. [...]

Ademais, esse ônus para que os licitantes estimem seus custos para apresentar suas propostas, antes da licitação, pode ser um fator importante para que licitantes deixem de apresentar propostas com preços inexequíveis, evitando posteriores frustrações contratuais, tão prejudiciais à Administração Pública.

Ainda, segundo Renila Lacerda Bragagnoli, "o instituto do orçamento sigiloso tem, via de regra, a função de mitigar a assimetria de informações entre o mercado privado e a Administração Pública, sendo também uma forma de combater os cartéis e os conluíus entre as licitantes." (Orçamento sigiloso: quando utilizar e quando não utilizar? Disponível em: <https://portal.sollicita.com.br/Noticia/17455>. Acesso em 03 jul. 2023). Dentre as vantagens do orçamento sigiloso, é referido pela doutrina que, com ele, busca-se equiparar a chamada "assimetria de informações", ou seja, o órgão não sabe o preço mínimo do fornecedor e ele também não sabe o preço máximo. Isso pode gerar vantagem econômica na contratação de modo que o preço máximo estimado pelo órgão não sirva como um parâmetro para que os licitantes ofertem as suas propostas aplicando apenas um percentual de redução de valores, muitas vezes, sem trabalho técnico e responsável e sem analisar detidamente todos os elementos do Edital.

Uma grande vantagem é que, quando da adoção do orçamento sigiloso, as empresas consultadas deverão apresentar sua proposta com base em suas próprias estimativas de custos, deixando de usar a referência de preços que a Administração disponibilizou. Força-se, assim, que as empresas consultadas a fornecer orçamento tenham uma área profissional de orçamentação/custos, capaz de formar o preço de mercado da empresa para aquela realidade de contratação. E o que estimula inclusive os futuros proponentes.

Sua utilização é lastreada no interesse público de se alcançar a melhor contratação, mediante a competitividade em busca da proposta mais vantajosa.

No mais, as licitações com base na Lei nº 8.666/93 não terem essa previsão quanto a divulgação preliminar do valor estimado da contratação, não se constatou prejuízos às contratações realizadas por esta Secretaria até então.

Outro ponto a ser exposto é que, conforme já assentado pelo TCU (Acórdão 3011/2012 – Plenário), a adoção do orçamento sigiloso é medida discricionária, devendo o gestor adotar quando entender que essa restrição implicará na obtenção da proposta mais vantajosa, sendo de igual maneira discricionária.

É, portanto, recomendável sua utilização quando embasada no interesse público de se alcançar a melhor contratação, mediante a competitividade em busca da proposta mais vantajosa.

Como desvantagens de se manter público o valor estimado da contratação (bem como dos parâmetros que foram utilizados para sua composição):

- Limitação da concorrência: a divulgação do valor estimado da contratação pode limitar a concorrência, uma vez que os fornecedores podem ajustar seus preços de acordo com o valor divulgado, em vez de oferecerem preços mais competitivos;
- Risco de sobrepreço: a divulgação do valor estimado da contratação pode levar a um risco de sobrepreço, uma vez que os fornecedores podem ajustar seus preços de acordo com o valor divulgado, em vez de oferecerem preços mais justos em relação ao mercado;
- Dificuldade de ajuste do valor: a divulgação do valor estimado da contratação pode limitar a capacidade da administração pública de ajustar o valor ao longo do tempo, caso haja mudanças nas condições do mercado ou nas necessidades da administração pública;
- Risco de desequilíbrio econômico-financeiro: a divulgação do valor estimado da contratação pode levar a um desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, uma vez que o preço é fixado previamente e não há garantia de que o fornecedor será capaz de cumprir com suas obrigações ao longo do tempo.

No Direito Europeu, tal como construído pelo Tribunal de Justiça da União Europeia, considera-se que o excesso de transparência pode acarretar prejuízos para a licitude da licitação (SANCHEZ-GRAELLS, Albert. The difficult balance between transparency and competition in public procurement: some recent trends in the case law of the European Courts and a look at the new directives University of Leicester School of Law Research Paper No. 13-11. 2013. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2353005>. Access in: 11 Mar. 2017.p. 13), o que torna extremamente frágil o dito potencial da divulgação preliminar do valor estimado da contratação. Assim, demonstra-se que os riscos associados à manutenção do sigilo mostram-se menos prejudiciais ao Poder Público.

De acordo com o Acórdão do TCU nº 2080/2012 - Plenário, o Ministro José Jorge afirmou que é firme o entendimento do TCU de que a Administração não está obrigada a anexar ao edital o orçamento de referência da licitação e de que seria necessário apenas constar o documento do respectivo procedimento administrativo, conforme interpretação da Lei nº 10.520/2002. Nessa mesma decisão, afirma José Jorge que, embora a ampla publicidade seja imperativa na administração Pública, no caso tratado, de diferimento da publicação das informações do orçamento estimativo, o acesso ao orçamento colidiria com outros princípios não menos importantes, como o da busca da proposta mais vantajosa para a administração e, consequentemente, a reserva do seu conteúdo não viola o princípio da publicidade, nem mesmo o seu propósito de assegurar o controle pela sociedade da legalidade e da legitimidade dos atos administrativos. No relatório da decisão ora comentada traz uma justificativa pela qual, nesse caso, o acesso ao orçamento colidiria com a busca pela proposta mais vantajosa. Trata-se de verificação empírica da eficiência da utilização do sigilo dos orçamentos. Conforme informações apresentadas pelo FNDE, em síntese de resultados de licitações realizadas por meio de pregão com sistema de registro de preços, a não divulgação do orçamento estimado na fase interna (ou melhor, sua postergação) acabou por gerar descontos significativos em relação ao valor estimado. (A contribuição do orçamento sigiloso para a eficiência das licitações e contratações públicas: uma análise a partir das decisões do TCU. Disponível em: <https://periodicos.unichristus.edu.br/opiniaojuridica/article/view/2248/981>. Acesso em: 3 jul. 2023)

De forma semelhante é a justificativa quanto a informar no Termo de Referência "qual ou quais dos parâmetros elencados no art. 23 da Lei 14.133/21 foi ou foram utilizados para calcular o valor estimado da contratação", uma vez que, os valores estimados para a aquisição, bem como suas memórias de cálculo estarão discriminados no presente processo, após a conclusão da pesquisa de preços. A disposição contida no art. 6º, inc. XXIII, "I", da Lei nº 14.133/2021, fará parte do processo de Requisição de Compras, junto ao documento "Orçamentos Planilhados" onde estará previsto a "estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos". Ou seja, atendendo o previsto em Lei. Não há como tratar do processo de compras como várias fases individualizadas, pois o resultado final é único, então, considerando a lisura do mesmo não se constata óbice quanto a informação estar junta o outro documento que compõe a contratação.

Além, a justificativa ainda para que não seja elencado, já no Termo de Referência, diga-se no momento da pesquisa de mercado para a formação do valor estimado da contratação, segue a mesma linha de raciocínio já exposto acima quanto ao orçamento sigiloso que não é divulgado preliminarmente, para não influenciar a possível pesquisa junto ao mercado fornecedor.

Considerando o bojo trago até então, conclui-se que, deve-se tratar o "sigilo" como um instrumento de maior eficiência às contratações públicas. A postergação da divulgação do valor estimado e dos parâmetros de sua composição, em que pese não afastar a importância de sua estimativa (e que será feito dentro do processo, após a pesquisa de mercado), auxilia quanto ao atendimento de uma maior vantagem à Administração Pública.

Assim, se tratando de uma perspectiva econômica, o "caráter sigiloso" do orçamento, dos parâmetros de composição dos valor(es) estimado(s) pode(m) ter o intuito de induzir melhores propostas, atendendo aos princípios da competitividade, da eficiência e da economicidade, buscando evitar que o preço de reserva da Administração influencie um alinhamento das propostas apresentadas.

No mais o processo de compras ele é público, podendo o interessado a qualquer momento após sua publicação do Edital solicitar acesso a documentação que lhe dá base, não trazendo assim qualquer prejuízo quanto a transparência.

No mais não há prejuízo à competitividade, considerando que posteriormente, quando da publicação do Edital (fase externa da contratação), será publicado juntamente o valor estimado da contratação.

Para que não haja interferência na pesquisa de preços, que inclusive poderá ser realizada junto aos fornecedores, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e Instrução Normativa nº 04/2022 da Secretaria de Administração e Planejamento, optou-se por não divulgar os valores estimados no Termo de Referência, bem como não se demonstra vantajoso a divulgação dos parâmetros que irão serem utilizados para a composição do valor médio.

**6.4 - Por fim, informa-se que, não serão utilizados recursos da União para a presente contratação.**

## **7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.**

7.1 - Considerando os elementos tragos ao presente documento, demonstra-se como a melhor solução para atendimento ao interesse público envolvido **é a contratação de empresa especializada para o fornecimento, instalação e manutenção (preventiva e corretiva) das plataformas elevatórias nas unidades escolares contempladas no presente processo.**

7.2 - Quanto as especificações, detalhamentos, prazos e garantias estão dispostas acima, no subitem 3 - Requisitos da Contratação.

## **8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)**

**De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.**

8.1 - Considerando o objeto da presente contratação, temos que a contratação **não é tecnicamente ou economicamente viável em se dividir**, não podendo ser parcelada;

8.2 - A justificativa para o não parcelamento do objeto fora desta forma definida objetivando-se o melhor preço para a Administração Pública, devido ao fato de que, o parcelamento poderá causar desinteresse do mercado e consequentemente da competitividade, não haverá perda de economia de escala, bem como de igual forma, não haverá comprometimento técnico e econômico no caso, pelo contrário, considerando a necessidade da entrega dos equipamentos instalados e com posterior manutenção, o parcelamento poderá prejudicar o resultado final pretendido, pois poderá haver várias marcas dos equipamentos o que poderá dificultar a futura manutenção e obtenção de peças, sendo assim, o critério para seleção do fornecedor com base no **menor preço global**, neste caso demonstrando-se como mais vantajoso para a Administração Pública;

8.3 - Corroborar tal justificativa as licitações anteriores, no qual não houve parcelamento do objeto: Pregão Eletrônico nº 196/2019 (18.0.118556-2) e Pregão Eletrônico nº 099/2018 (17.0.063921-5)

## **9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

**De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.**

Os resultados pretendidos com a presente contratação não estão atrelados apenas a termo de economicidade e de aproveitamento de recursos humanos, materiais e financeiros, mas principalmente ao

interesse público a ser atendido, que muitas vezes não está diretamente interligado a todas essas questões.

Entretanto, aqui relevante constar que, os resultados pretendidos a todos os níveis (economicidade, aproveitamento de recursos - seja de qualquer espécie) estão atrelados ao atendimento da necessidade da existente e da formatação da contratação, no sentido que estão previstos nos demais tópicos deste documento.

Com a presente contratação busca-se o melhor aproveitamento dos recursos materiais e financeiros, mostrando-se, portanto, a solução como positiva economicamente para o Município e Secretaria da Educação. Além das vantagens de ganho de tempo, com a contratação de uma empresa especializada devidamente homologada, nota-se a melhoria dos resultados e adequação ao atendimento da população com menor impacto ambiental.

No caso, elencamos abaixo **de forma expressa os resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.**

#### **Melhor aproveitamento dos recursos humanos**

- Possuir uma equipe de manutenção dedicada e especializada, garantindo a disponibilidade e segurança das plataformas elevatórias;
- Maior produtividade da equipe interna da SED, que poderá se dedicar a outras atividades. Assim, os recursos humanos internos podem ser direcionados para outras atividades estratégicas, aumentando a eficiência e a produtividade geral da SED;
- Redução do tempo de resposta a problemas e interrupções, graças à equipe de manutenção dedicada;
- Melhor gestão de tempo: pois as manutenções serão através de agendamentos de manutenção e executados por equipe técnica;
- Contratar serviços de manutenção associados à aquisição de plataformas elevatórias garante acesso a técnicos especializados e treinados pelo fabricante. Esse suporte técnico especializado é fundamental para a realização de diagnósticos precisos e reparos eficientes, utilizando peças originais e seguindo procedimentos recomendados pelo fabricante;
- Considerando que as plataformas são projetadas para serem fáceis de operar, tanto para os usuários quanto para os responsáveis pela sua operação, isso dá a oportunidade que inclusive os usuários com mobilidade reduzida utilizem as plataformas de forma independente, sem a necessidade de assistência adicional;
- Ainda a presença de plataformas elevatórias de acessibilidade reduz a demanda física sobre os funcionários e outras pessoas responsáveis por auxiliar na locomoção de indivíduos com mobilidade reduzida. Isso permite que esses profissionais possam se concentrar em outras tarefas, aumentando a eficiência operacional.

#### **Melhor aproveitamento dos recursos materiais**

- Redução de custos com várias contratações e um melhor gerenciamento de serviços de manutenção terceirizados;
- Economia a longo prazo com a extensão da vida útil das plataformas elevatórias;
- Previsibilidade e controle dos custos de manutenção, evitando surpresas orçamentárias;
- Uso eficiente dos equipamentos, graças a um programa de manutenção preventiva e corretiva;
- Menor necessidade de reposição prematura de peças e componentes, prolongando a vida útil das plataformas e diminuindo os custos com materiais.;
- Otimização do uso de peças de reposição, evitando desperdícios e garantindo uma maior vida útil dos equipamentos;
- Considerando a flexibilidade de montagem e instalação das plataformas, uma vez que se adaptam a diferentes configurações e podem ser ajustadas para se adequar às necessidades específicas de cada local, há um melhor aproveitamento de recursos materiais;
- Aliás, em muitos casos ao optar pela instalação de uma plataforma elevatória de acessibilidade, é possível preservar a estrutura e a arquitetura original do espaço. Isso evita a necessidade de realizar modificações estruturais significativas, como a construção de rampas extensas, poupando tempo e recursos;
- Como elas são projetadas para ocupar o mínimo de espaço possível, elas podem ser instaladas em áreas estreitas ou espaços reduzidos, aproveitando eficientemente o espaço disponível.

#### **Melhor aproveitamento dos recursos financeiros**

- No caso das manutenções em que possa num primeiro momento representar um custo adicional inicial, a economia gerada a longo prazo é significativa. Aliás, no caso da manutenção preventiva é geralmente menos dispendiosa do que reparos emergenciais e substituições de componentes danificados. Além disso, a prevenção de falhas ajuda a evitar custos indiretos associados a interrupções das plataformas e à necessidade de custos imprevistos com manutenções corretivas;
- Plataformas elevatórias em boas condições de funcionamento garantem a eficiência operacional, evitando paradas não planejadas que podem prejudicar a locomoção das pessoas e aumentar custos. Uma manutenção adequada assegura que os equipamentos estejam sempre prontos para uso, otimizando o tempo e a sua utilização;
- Manutenções regulares e bem executadas prolongam a vida útil das plataformas

elevatórias. Detectar e corrigir problemas menores antes que se tornem falhas maiores evita desgastes prematuros, economizando recursos ao reduzir a necessidade de reparos mais caros e a substituição precoce dos equipamentos;

- Minimização de custos operacionais, uma vez que, equipamentos bem mantidos operam de maneira mais eficiente, havendo assim redução no consumo de energia e outros recursos operacionais, resultando em economia financeira.
- Planejamento financeiro mais eficiente, uma vez que os custos de manutenção são em linhas gerais previsíveis, o que melhora no planejamento orçamentário e financeiro, evitando surpresas desagradáveis com despesas imprevistas.
- Melhor planejamento de ciclos de vida dos equipamentos, pois a especialização no atendimento das necessidades dos equipamentos, podem fornecer dados precisos sobre o estado dos equipamentos, o que permite melhor planejamento para substituições e upgrades, evitando despesas inesperadas e otimizando o ciclo de vida dos equipamentos.
- Há ainda o cumprimento de regulamentações, o que pode evitar multas e penalizações futuras. Assim, ao instalar plataformas elevatórias de acessibilidade, cumprem essas obrigações legais, evita-se multas e sanções;
- A instalação de plataformas elevatórias de acessibilidade pode ser uma alternativa mais econômica do que realizar grandes reformas estruturais para modificar ou construir rampas de acesso. Isso resulta em economia de custos e tempo de construção.

Quanto a imagem, a instalação de plataformas elevatórias de acessibilidade demonstra o compromisso da Administração Pública com a inclusão e a igualdade de oportunidades.

Em que pese tudo o dito acima, o maior benefício que pode ser elencado para esta contratação seria o atendimento ao princípio constitucional da inclusão social das pessoas com deficiência aos espaços escolares, e porque não dizer, "públicos".

Com esta contratação dar-se-á plenas condições de acessibilidade aos alunos com deficiência ou com redução de mobilidade, da rede de ensino municipal, ao espaço escolar. Assim, estes alunos terão mais motivos de incentivo a prosseguirem seus estudos, uma vez que será suprimida uma grande barreira de acesso, diga-se aqui não somente física, mas também psicológica, uma vez que a instalação das plataformas pode trazer maior autonomia aos alunos no seu "locomover" dentro das instituições de ensino. O que sabemos que influencia e muito o dia-a-dia dos alunos que possuem essas limitações. E por consequência estaremos obtendo um maior reconhecimento da comunidade dos esforços da Administração em fornecer meios de acesso à escola, aos alunos com deficiência. Demonstrando de forma eficiente políticas públicas de implementação de melhorias na rede de ensino contemplando inclusive os alunos que necessitam de uma atenção especial.

Enfim, tudo isso agrega, quanto a melhor aproveitamento de recursos humanos, materiais, financeiros e de economicidade ao final.

## **10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**

**De acordo com o art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.**

Não há necessidade de providências adicionais.

A Secretaria de Educação dispõe de corpo técnico capacitado tanto para fiscalização como para a gestão contratual da futura contratação.

Desta forma, não há, num primeiro momento, ações que devem ser executadas pela Administração antes da formalização da futura contratação, com vistas à correta execução contratual.

## **11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

**De acordo com o art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.**

Não há contratação correlatas ao objeto da presente contratação.

Tanto em compras unificadas, a nível municipal ou a nível de Atas ou Contratos vigentes com mesmo objeto perante aos consórcios (CINCATARINA e CIM-AMUNESC) no qual o Município faz parte.

Com relação a contratações interdependentes localizou apenas vigente *a contratação da empresa especializada para a execução de serviço de manutenção corretiva e preventiva, com fornecimento de peças, componentes e acessórios para 26 (vinte e seis) plataformas elevatórias (com cabine ou não, enclausuradas ou não) instaladas nas unidades administradas pela Secretaria de Educação, através do Termo de Contrato nº 311/2020 (SEI 6208124).* Neste caso, ressalte-se que são para equipamentos diversos da presente contratação, bem como com licitação realizada em 2019.

## **12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS**

**De acordo com o art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.**

### *12.1 - Dos eventuais impactos ambientais*

a) As plataformas elevatórias de acessibilidade geralmente requerem energia elétrica para operar. Dependendo do tipo e tamanho da plataforma, bem como da frequência de uso, o consumo de energia

pode ser significativo. Isso pode contribuir para o consumo de recursos naturais;

b) Tanto durante a fabricação, como na instalação e manutenção das plataformas elevatórias de acessibilidade, podem ser gerados resíduos, como sobras de materiais, embalagens e componentes descartados. É importante garantir a adequada gestão e reciclagem desses resíduos, a fim de minimizar o impacto ambiental. Aliás, é relevante garantir que as atividades de manutenção sejam realizadas de forma adequada, minimizando o desperdício de recursos e evitando a contaminação do meio ambiente. Além disso, no final da vida útil da plataforma, é importante considerar o descarte adequado, buscando opções de reciclagem e minimizando o impacto ambiental.

c) Principalmente a fabricação das plataformas elevatórias pode envolver o uso de diversos materiais, como metais, plásticos e componentes eletrônicos. A extração e produção desses materiais podem resultar em impactos ambientais, como a degradação de ecossistemas, consumo de recursos naturais e geração de resíduos;

d) Dependendo do local de instalação das plataformas elevatórias, pode haver algum impacto na biodiversidade local. Por exemplo, se a instalação envolver a modificação do terreno ou de áreas verdes, pode ocorrer a perda de habitats naturais ou a fragmentação de ecossistemas. É importante considerar esses impactos e buscar medidas de mitigação, como o replantio de vegetação nativa ou a criação de áreas verdes próximas.

### 12.2 - Medida mitigadoras

a) Buscar optar práticas sustentáveis e busquem reduzir o impacto ambiental em suas operações;

b) Implementar práticas de gestão de resíduos adequadas, como a reciclagem de materiais e o descarte responsável de componentes e embalagens;

c) Promover a conscientização sobre a importância da sustentabilidade entre os usuários das plataformas e colaboradores envolvidos na sua operação e manutenção;

d) Considerando que durante o processo de fabricação das plataformas elevatórias, pode ser necessário o uso de água para diversos fins, como refrigeração, limpeza e processos de fabricação. É importante garantir o uso eficiente da água e a adoção de práticas que minimizem o desperdício;

e) É importante considerar o ciclo de vida completo das plataformas elevatórias. Isso inclui a manutenção regular, reparos, substituição de peças e, eventualmente, o descarte adequado. Promover a durabilidade das plataformas, realizar manutenções preventivas e buscar opções de reciclagem ou reutilização no final da vida útil são estratégias importantes para reduzir o impacto ambiente.

## 13. ANÁLISE DE RISCOS

De acordo com o art. Art. 18, inciso X da Lei 14.133/2021, na fase preparatória, devem ser abordados os riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual

Nº	A - Identificação de riscos (processo de busca, reconhecimento e descrição de riscos, que envolve a identificação de suas fontes, causas, etc.) - considerar todas as fases da contratação (planejamento, seleção do fornecedor e execução)	Nível	B - Análise de riscos (compreensão das causas e consequências imediatas, envolvendo a consideração detalhada de incertezas, fontes de risco, cenários, controles e sua eficácia)	Nível	C - Avaliação de riscos (processo que visa apoiar decisões sobre como responder a riscos e que envolve a comparação de resultados da análise de riscos com a assunção deste pela Administração Municipal, ponderando a probabilidade de ocorrência e o impacto)	D - Tratamento de riscos (qualquer ação adotada para lidar com risco)	Conduta
1	Não previsão no Plano de Contratação Anual e Plano Orçamentário	1	Impactos de ordem orçamentária, entretanto, afetam a contratação	1	Baixo	Ajustar o PCA vigente. Planejar com atencendências as demandas	Mitigar
2	Morosidade devido aos trâmites burocráticos para efetivar a contratação	3	Considerando todos os trâmites oriundos das Leis de regência das contratações públicas, podem haver entraves durante a análise e efetivação da contratação. Consequentemente não atender ao interesse público em tempo	3		Antecipar as contratações. Haver planejamento para que a contratação ocorra em tempo. Priorizar agilidade nas análises e tramitações do processo na fase interna	Mitigar
3	Ausência de estudos preliminares e imprecisão das definições na construção do processo de compras	1	Especificações insuficientes ou incompletas podem prejudicar a contratação. Com definições imprecisas poderá causar desinteresse do mercado, não se contratar o suficiente ou se contratar além do necessário. Não se atenderia de forma plena o interesse público	3		Capacitar os servidores envolvidos. Escolher servidores com aptidão com o objeto a ser contratado	Mitigar



4	Servidores em quantidade ou qualificação inadequada - servidores não detêm as competências multidisciplinares necessárias	2	Especificações incompletas ou com requisitos irrelevantes ou indevidamente restritivos. Assim não alcançar-se-á os objetivos pretendidos com a contratação	2
5	Pesquisa de mercado insuficiente	2	Subestimada as opções de mercado, o que poderá causar restritividade no futuro certame licitatório. Bem como imprecisão do valor médio para a contratação	3
6	Ausência de Gerenciamento de Risco (permite ações contínuas de planejamento, organização, fiscalização dos riscos que possam comprometer a execução do Contrato)	2	Imprevisibilidade dos resultados esperados. O atendimento aos objetivos pretendidos é relativizado	1
7	Cotações de preços para formação do preço médio da contratação elevados ou demasiadamente baixos	2	Prejuízo ao erário Público ou desinteresse de mercado	2
8	Quantitativo subestimado ou superestimado	2	Não atendimento ao interesse público pela insuficiência da quantidade ou desperdício de dinheiro público no caso de superestimada a quantidade	3
9	Ausência de recursos orçamentários	2	Indisponibilidade orçamentária impedindo contratação ou inviabilizando o contrato, gerando prejuízo à Administração.	4
10	Falta de interessados no futuro certame licitatório	3	Não atendimento ao interesse público em tempo. Retrabalho quanto a construção de novo processo e revisão dos critérios contidos anteriormente.	4
11	Impugnação do Edital ou documento equivalente	2	Suspensão ou revogação do certame licitatório. Não atendimento ao interesse público no que se refere a elaboração do processo licitatório. Dependendo do resultado final, pode culminar em retrabalho quanto a construção de novo processo e revisão dos critérios contidos anteriormente.	3
			Não atendimento ao	

Médio	Aumentar o número de servidores envolvidos, bem como capacitar os servidores que participarão do planejamento e construção do processo de compras	Evitar
Médio	Capacitar o(s) responsável(is) pelo planejamento e construção do processo de compras. Ampliar a pesquisa de mercado	Evitar
Baixo	Capacitar o(s) responsável(is) pelo planejamento e construção do processo de compras	Evitar
Médio	Capacitar o(s) servidor responsável pela pesquisa de preços. Realizar ampla pesquisa de mercado	Evitar
Médio	Capacitar o(s) responsável(is) pelo planejamento e construção do processo de compras. Realizar um amplo mapeamento de necessidades	Evitar
Alto	Antes das contratações fazer reserva orçamentária para tal finalidade (LOA) ou se for o caso realizar a reprogramação orçamentária	Evitar
Alto	Ampla pesquisa de mercado para definição clara dos termos do instrumentos de contratação. Ampla divulgação do Edital	Evitar
Médio	Construir o processo de compras de forma adequada (tecnicamente se falando) com ampla pesquisa de mercado com exposição clara das condicionantes e especificidades da contratação	Evitar
	Ampla pesquisa de mercado para definição clara dos termos do instrumento de	



12	Licitação fracassada ou deserta	2	interesse público em tempo. Retrabalho quanto a construção de novo processo e revisão dos critérios contidos anteriormente.	4
13	Apresentação de recurso quanto ao resultado final da licitação	2	Não atendimento ao interesse público em tempo. Dependendo do resultado, por gerar retrabalho quanto a construção de novo processo e revisão dos critérios contidos anteriormente.	2
14	Proposta inexequível por parte da Contratada	2	Atendimento parcial ou não atendimento em sua totalidade ao objeto da contratação. O que pode inclusive gerar a necessidade de novo processo licitatório	3
15	Contratada se recusar a assinar o Contrato	2	Impossibilidade de contratar. Desistência quanto ao atendimento ao objeto da contratação. Necessidade de uma nova contratação	5
16	Contratada sem capacidade técnica para atender ao objeto da contratação	2	Atendimento parcial ou não atendimento em sua totalidade ao objeto da contratação, pois em capacidade técnica poderá haver prejuízos à instalação e futuras manutenções	3
17	Descumprimento dos prazos de instalação e manutenções	3	Atendimento parcial ou não atendimento em sua totalidade ao objeto da contratação, pois poderá prejudicar o objetivo da contratação que é dar acesso aos alunos	4

Alto	instrumento de contratação. Fazer análise do histórico de contratações neste sentido com objeto idêntico ou similar. Ampla divulgação do Edital	Evitar
Médio	Realizar adequada instrução processual	Mitigar
Médio	Solicitar documentos de habilitação de forma suficiente a corroborar a proposta apresentada. Realizar diligências se necessário	Transferir
Alto	Elaborar Estudo Técnico Preliminar, Análise de Riscos e Termo de Referência que apresentem estudo comparado realizado e de forma a atender às reais necessidades de negócio e com preços e prazos viáveis para o mercado	Mitigar/transferir
Médio	Ampla pesquisa de mercado para definição clara dos termos do instrumento de contratação, bem como disposição de sanções e penalidades no Edital visando evitar empresas inaptas de participar da licitação. Sem contar o fato da necessidade da avaliação da capacidade técnica da empresa.	Mitigar/transferir
Alto	CAF fiscalizar e estar atenta quanto a execução contratual. Se necessário notificar ou aplicação das devidas penalidades, no caso de descumprimento	Mitigar/transferir
	Estar atento a empresa Contratada. Verificar	

18	Falha no fornecimento e instalação / manutenções (corretiva e preventiva) - inexecução parcial ou total	3	Descumprimento contratual. Não atendimento ao interesse público, seja de forma parcial ou total	3	<b>Classificação dos Riscos</b>	Alto	constantemente a regularidade fiscal e demais documentação correlata. Notificar a Contratada. Dependendo o caso, a aplicação das penalidades previstas no Contrato	Mitigar/transferir
19	Ausência de acompanhamento e fiscalização do futuro contrato	1	Distorções na execução do objeto contratado. Inexecução contratual. Não atendimento de forma plena a demanda	1		Baixo	Capacitar e orientar a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato quanto a importância da rotina na fiscalização. Se for o caso, substituir o(s) servidores que fazem parte da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento	Mitigar
20	Responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato não possuir competência multidisciplinar necessárias para a atividade	2	Não fiscalização adequada do objeto da contratação. Passível de inexecução contratual. Não atendimento de forma plena do interesse público	1		Baixo	Capacitar e orientar a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato quanto a importância da rotina na fiscalização. Se for o caso, substituir o(s) servidores que fazem parte da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento	Mitigar
21	Contratada não manter a regularidade fiscal durante a execução do contrato	2	Falha na prestação na execução do objeto contratado (sem receber, a Contratada pode suspender o fornecimento)	2		Médio	Fiscalizar rotineiramente as condições fiscais e tributárias da Contratada. Notificar a contratada. Dependendo o caso, a aplicação das penalidades previstas no Contrato	Transferir
22	Extinção contratual por descumprimento	2	Não atendimento ao interesse público. Paralisação do fornecimento/ instalação / manutenções. Necessidade de uma nova contratação	5		Alto	CAF estar atenta rotineiramente quanto a execução contratual, buscando evitar descumprimentos que culminem na extinção contratual. Notificar a contratada. Dependendo o caso, a aplicação das penalidades previstas no Contrato	Transferir
23	Alteração do escopo da contratação	1	Descumprimento contratual. Não atendimento ao interesse público, seja de forma parcial ou total	3		Médio	CAF estar atenta rotineiramente quanto a execução contratual, buscando evitar descumprimentos que culminem na alteração do escopo da contratação. Notificar a	Mitigar/transferir

24	Falência da empresa Contratada	3	Não atendimento ao interesse público seja parcial ou total	4
25	Divergência com a Contratada sobre ao fornecimento /instalação/ manutenções no momento da execução	1	Descumprimento contratual. Não atendimento ao interesse público, seja de forma parcial ou total	2
26	Alteração da legislação que interfira na execução dos serviços	1	Possível interrupção na prestação dos serviços para se adequar à nova legislação	3
27	Alta incidência de períodos de chuvas	1	Dependendo do local de instalação poderá ser necessária a paralisação da execução dos serviços, consequentemente, o comprometimento quanto a finalização dos serviços (montagem) ou das futuras manutenções	2
28	Ausência de mão de obra qualificada	2	Pode prejudicar a entrega das plataformas e manutenções, inclusive podendo causar sérios riscos ao uso dos equipamentos, quanto a probabilidade de acidentes ou pessoas presas no equipamento durante o uso.	3
29	Ausência de peças e/ou equipamentos necessários para a realização da manutenção dos equipamento	3	A falta de peças pode atrasar as entregas das instalações e das manutenções, tendo que paralisar o uso das plataformas o que pode prejudicar seu uso dos alunos e demais usuários com necessidade	4
30	Acidente de trabalho (quedas, choques, cortes, lesões, etc)	3	A falta de EPIs ou de capacitação dos funcionários da Contratada a estarem aptos a proceder a instalação podem prejudicar tanto as instalações como as futuras manutenções, prejudicando o resultado final, inclusive podendo gerar ações trabalhistas ou de cunho indenizatório, atrasando as instalações /	2

	contratada. Dependendo o caso, a aplicação das penalidades previstas no Contrato	
Alto	Fiscalização constante. Contratação emergencial e nova licitação	Mitigar/transferir
Baixo	CAF estar atenta ao cumprimento das exigências e condições da contratação. Notificar a contratada. Dependendo o caso, a aplicação das penalidades previstas no Contrato	Mitigar/transferir
Médio	Estar atento as alterações e proceder as adequações em tempo para que não haja a interrupção do serviço	Evitar
Baixo	Prever a realização de atividades internas, p. ex. elaboração de relatórios e demais documentos	Aceitar
Médio	CAF estar atenta ao cumprimento das exigências e condições da contratação. Notificar a contratada. Dependendo o caso, a aplicação das penalidades previstas no Contrato	Transferir
Alto	CAF estar atenta ao cumprimento das exigências e condições da contratação. Notificar a contratada. Dependendo o caso, a aplicação das penalidades previstas no Contrato	Transferir
Médio	CAF esta atentar se a Contratada possui equipe qualificada e oferta EPIs aos funcionários	Transferir

			manutenções, podendo inviabilizar o uso das plataformas						
31	Alunos ou demais usuários ficarem presos nos equipamentos durante o uso		1	Com eventual falha poderá ocorrer situações em que haverá pessoas presas no equipamento, prejudicando o uso do equipamento, bem como causando transtornos para os usuários presos			2		
32	Falta de treinamento dos usuários		2	Poderá causar lesões e quebras frequentes dos equipamentos, inclusive assim, inviabilizando sua utilização			2		
33	Falta de manutenções regulares		1	As plataformas elevatórias de acessibilidade devem ser mantidas regularmente para garantir que estejam em boas condições de funcionamento. Isso pode ajudar a prevenir falhas mecânicas que possam levar a acidentes			4		
34	Risco de sobrecarga		2	Riscos de quedas, travamentos dos equipamentos, trazendo riscos à integridade física dos usuários			2		
35	Acesso não autorizado às plataformas		2	Falta de controle de acesso que podem gerar acidentes ou quebras dos equipamentos			1		
36	Falta de conformidade das plataformas instaladas com a regulamentação pertinente		1	Pode impedir o uso das plataformas			5		
Probabilidade (P)			Impacto (I)			Classificação dos Riscos		Possibilidade de Tratamento dos Riscos	
Índice	Descrição	Nível	Índice	Descrição	Nível	Pontuação (A x B / P x I)	Risco	Conduta	Descrição
	Evento extraordinário.								

Raro	Acontece apenas em situações excepcionais. Não há histórico conhecido do evento ou não há indícios que sinalizem sua ocorrência.	1	Muito Baixo	Não afeta o objetivo. Compromete minimamente o atingimento do objetivo. Para fins práticos, não altera o alcance do objetivo/resultado.	1	15 a 25	Muito Alto	Evitar	Descontinuar a atividade, interromper o processo de trabalho.
Pouco provável	Evento casual, inesperado. Existe histórico de ocorrência. O histórico conhecido aponta para a baixa frequência de ocorrência no prazo associado ao objetivo.	2	Baixo	Afeta pouco o objetivo. Compromete em alguma medida o alcance do objetivo, mas não impede o alcance da maior parte do objetivo/resultado.	2	8 a 12	Alto	Transferir	Compartilhar o risco com terceiros, como no caso dos seguros.
Provável	Evento esperado de frequência reduzida. Histórico parcialmente conhecido. Repete-se com frequência razoável no prazo associado ao objetivo ou há indícios que possa ocorrer nesse horizonte.	3	Médio	Torna incerto ou duvidoso o alcance do objetivo. Compromete razoavelmente o alcance do objetivo/resultado.	3	3 a 6	Médio	Mitigar	Desenvolver e implementar medidas para evitar que o risco se concretize e/ou medidas para atenuar o impacto e as consequências, caso ocorra.
Muito provável	Evento usual de frequência habitual. Histórico amplamente conhecido. Repete-se com elevada frequência no prazo associado ao objetivo ou há indícios que ocorrerá nesse horizonte.	4	Alto	Torna improvável o alcance do objetivo. Compromete a maior parte do atingimento do objetivo/resultado.	4	1 e 2	Baixo	Mitigar/transferir	Desenvolver e implementar ambas as medidas: mitigar e transferir
Praticamente certo	Evento que se repete seguidamente. Interfere no ritmo das atividades. Ocorrência quase garantida no prazo associado ao objetivo.	5	Muito Alto	Capaz de impedir o alcance do objetivo. Compromete totalmente ou quase totalmente o atingimento do objetivo/resultado.	5	0	Muito Baixo	Aceitar	Não há necessidade de adotar quaisquer medidas. Considerar se é o caso de monitorar ao longo do tempo.

**14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (obrigatório)**

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Parâmetro considerado	Sim	Não /	Observação
1. O modelo adotado para a contratação é o mais vantajoso			Comentário

para a Administração, tanto pelo aspecto técnico como pelo econômico?	x		
2. O modelo adotado para a contratação está em conformidade com o praticado no mercado?	x		
3. O valor estimado da contratação está em conformidade com a previsão orçamentária?	x		
4. Os resultados pretendidos com a contratação compensam os investimentos realizados pela Administração, em curto, médio e longo prazo?	x		
5. De acordo com a análise dos riscos para a contratação, a contratação é viável e não possui risco de dano ao erário? (moderado/médio a grave)	x		Médio
6. Há risco de comprometimento do sucesso da licitação e da execução, considerando os fatos ocorridos em contratações anteriores do mesmo objeto ou similares.	x		Vide item 13, acima
7. No caso do item anterior, foram indicadas as medidas necessárias para mitigar os riscos?	x		Vide item 13, acima

**Conclusão:**

a) Com base nas informações levantadas durante este estudo, a Equipe/Comissão de Planejamento entende ser viável a solução **(é a contratação de empresa especializada para o fornecimento, instalação e manutenção (preventiva e corretiva) das plataformas elevatórias das unidades escolares)** descrita no presente Estudo Técnico Preliminar para a presente contratação, vez que se mostrou tecnicamente a mais adequada à necessidade e fundamentadamente atendendo ao interesse público.

b) No mais, diante de todas as informações colhidas no presente documento demonstra que há adequação (alinhamento) da solução escolhida frente a necessidade a ser atendida.



Documento assinado eletronicamente por **Erico Rafael da Silva, Servidor(a) Público(a)**, em 03/10/2024, às 08:32, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Ademar Stringari Junior, Gerente**, em 03/10/2024, às 08:50, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0022892183** e o código CRC **6AF65C08**.

Rua Itajaí, 390 - Bairro Centro - CEP 89201-090 - Joinville - SC - [www.joinville.sc.gov.br](http://www.joinville.sc.gov.br)